

Uma norma responde a necessidades e conflitos. Leia o que ela garante e investigue por que foi produzida.

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Contexto é o conjunto de circunstâncias de uma época. Ele ajuda a entender a norma, mas não torna uma injustiça aceitável.

DIREITOS TÊM HISTÓRIA

Relacione cada documento ao tempo, à sociedade e à finalidade de sua produção.

1 O QUE ESTAMOS LENDO?

DOCUMENTO LEGAL

Estabelece direitos e deveres no ordenamento jurídico, como a Constituição e o ECA.



DOCUMENTO NORMATIVO

Organiza condutas e procedimentos, como um regimento escolar.



DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Afirma princípios comuns, como a Declaração Universal. Ela **não é** um regimento nem uma lei brasileira.



2 LINHA DO TEMPO – CONTEXTOS E FINALIDADES

1948



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro, após a Segunda Guerra Mundial e suas atrocidades. Afirmar a dignidade humana como referência comum para enfrentar abusos e discriminações.

1988



CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Promulgada em 5 de outubro, no processo de redemocratização após a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte, com participação social, consolidou direitos e bases democráticas.

1990



ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho. Na construção democrática, desenvolve a proteção integral prevista na Constituição: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, não favores.

3 UMA RELAÇÃO, NÃO UMA CÓPIA



REFERÊNCIA UNIVERSAL

Princípios comuns de direitos humanos.

DIÁLOGO ENTRE DOCUMENTOS



GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO BRASIL

Consolidam direitos e bases democráticas.

DIÁLOGO ENTRE DOCUMENTOS



PROTEÇÃO ESPECÍFICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desenvolve a proteção integral e garante direitos.

A escola precisa organizar sua convivência de modo compatível com os direitos. Um regimento local não pode autorizar desrespeito a direitos garantidos pela legislação.

4 LEITURA COM RESPONSABILIDADE



Direitos não surgiram de uma única pessoa nem passaram a ser cumpridos só porque foram escritos. Lutas sociais, decisões políticas e fiscalização integram sua história e sua realização.



FONTES DE APOIO

ONU/UNICEF, DUDH; Constituição de 1988; ECA. Síntese didática autoral.

Pergunte: quem produziu, quando, para quem e diante de qual problema?

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Meu direito não apaga o do outro. Discordar de uma regra pede razões, escuta e respeito.

DA NORMA À VIDA EM COMUM

Leia origem, alcance e finalidade antes de julgar uma regra.

1 CINCO PERGUNTAS PARA ANALISAR

1 ORIGEM E DATA



Quem adotou ou produziu o texto?
Quando?
Não invente informação ausente.

2 CONTEXTO



Que fatos e necessidades sociais ajudam a explicar sua elaboração?

3 ALCANCE



A quem se dirige?
É uma referência universal, uma lei nacional ou uma regra local?

4 FINALIDADE



Que direito protege?
Que problema procura evitar ou enfrentar?

5 VIDA CONCRETA



Como se relaciona com uma experiência?
Que deveres e ações respeitam a dignidade de todos?

2 MODELO RESOLVIDO — UM CASO FICTÍCIO



Regra de uma biblioteca escolar fictícia, criada em 2025:
“Conservar os livros e devolvê-los no prazo combinado.”

CONTEXTO:

Atrasos dificultavam o empréstimo a outros leitores. A equipe escolar e representantes estudantis discutiram a organização do acervo.

ORIGEM E ALCANCE:

Regra local; equipe e representantes participaram da discussão.

MOTIVAÇÃO:

Enfrentar atrasos que prejudicavam o acesso de outras pessoas.

FINALIDADE:

Permitir circulação e cuidado do acervo.

DIREITO E DEVER:

Acesso à leitura e responsabilidade de conservar e devolver.

LIMITE:

O prazo não autoriza humilhar quem se atrasa. É preciso apurar dificuldades e buscar encaminhamento respeitoso.

3 DIFERENCIE TRÊS COISAS

FATO INFORMADO



O documento diz que houve atrasos.

INTERPRETAÇÃO



O prazo busca proteger o acesso coletivo; explique a relação.

LACUNA



Não sabemos a duração do empréstimo. Registre “não informado”.

Não transforme uma hipótese em fato nem atribua ao texto uma frase que ele não traz.

4 REGRA JUSTA EXIGE ANÁLISE



Uma regra aprovada pela maioria ainda precisa respeitar direitos. Igualdade não significa ignorar barreiras: podem ser necessários apoios para garantir a participação.



Exercer um direito envolve responsabilidade com os demais. Descumprir um dever não apaga a dignidade nem autoriza retirar arbitrariamente direitos.





Use este acervo impresso.
Não é preciso internet
nem relatar experiências
pessoais.

Nome: _____

Data: ____/____/____

A, B e C se referem
a documentos reais.
D e a situação escolar
são fictícios.



QUATRO DOCUMENTOS EM DIÁLOGO

As sínteses preservam as ideias indicadas; não são transcrições integrais.

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



Origem:

Assembleia Geral da ONU,
10/12/1948. Referência universal,
no contexto do pós-guerra.

Síntese didática dos arts. 1º, 2º e 26:

as pessoas possuem igual dignidade
e direitos, sem discriminação.
A educação deve favorecer o
desenvolvimento humano e o respeito
aos direitos e às liberdades.

Fonte: ONU; versão em português no UNICEF:
unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

B CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA



Origem:

Assembleia Nacional Constituinte;
promulgação em 05/10/1988,
na redemocratização.

Síntese didática dos arts. 205 e 206, I:

a educação é um direito de todas as
pessoas. Há responsabilidades do
Estado e da família e colaboração da
sociedade. O ensino deve garantir
condições iguais para entrar e permanecer
na escola.

Fonte: Presidência da República. Constituição de 1988,
arts. 205 e 206, I. planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

C ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Origem:

lei federal nº 8.069, de 13/07/1990;
proteção integral na construção
democrática.

Síntese didática do art. 53, I, II e IV:

crianças e adolescentes têm asseguradas
condições iguais de ingresso e continuidade
na escola, respeito por parte dos educadores
e liberdade de organização e participação
em entidades estudantis.

Fonte: Presidência da República, ECA, art. 53.
planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

D REGIMENTO DIDÁTICO FICTÍCIO



Escola das Palmeiras • setembro de 2026.

Produzido, no caso inventado, pela equipe
escolar com representantes de estudantes
e responsáveis, após relatos de interrupções
e ridicularização nas rodas de conversa.

Art. 1º — Todos podem apresentar ideias,
sem ridicularização.

Art. 2º — Deve-se respeitar o turno de fala
e criticar ideias sem atacar pessoas.

Art. 3º — Quem precisar de apoio para participar
pode solicitar à equipe escolar outra forma de
apresentar sua contribuição.

Finalidade declarada: organizar a escuta e favorecer
a participação respeitosa.

Fonte: texto autoral fictício. Não é norma de uma escola real.



A SITUAÇÃO EM ANÁLISE

Na escola fictícia, um estudante lê devagar
e pede mais tempo para sua fala. Outro propõe
excluí-lo das próximas rodas para a atividade
terminar mais rápido. A turma ainda não deliberou
e a equipe escolar não foi ouvida.



Informações não fornecidas:

tempo disponível, apoios já oferecidos
e opinião do estudante sobre alternativas.
Não invente esses dados.



Não basta citar uma data: mostre como o contexto ajuda a explicar a finalidade do documento.

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Fundamente sua leitura com o documento e reconheça o que o caso não informa.



RELACIONE DIREITOS, CONTEXTOS E AÇÕES

Faça o percurso sozinho com as páginas 1–3 e registre suas análises no caderno.

1 MAPA HISTÓRICO COM SENTIDO

Escreva no caderno: EF89LP17 • item 1.



Para A, B e C, registre origem, data, alcance e direito destacado. Relacione um fato do contexto de produção à finalidade de cada documento. Explique uma continuidade entre os três e uma diferença de público ou de alcance. Use as mini aulas; não trate a sequência de datas como prova de que um texto causou sozinho o seguinte.

APOIO:

documento

contexto

necessidade

finalidade

quem é protegido

2 UMA REGRA LOCAL EM RELAÇÃO AOS DIREITOS

Escreva no caderno: EF89LP17 • item 2.



- Analise D: que problema motivou sua produção? Como os arts. 1º–3º procuram enfrentá-lo?
- Relacione pelo menos dois deles às ideias de A, B ou C, indicando as referências usadas.
- Explique um direito e um dever que se complementam.
- A participação de representantes na elaboração garante, sozinha, que qualquer regra seja justa? Justifique.

APOIO:

autoria e participação são dados do contexto; compatibilidade com direitos precisa ser examinada.

3 DELIBERAR SEM APAGAR A DIGNIDADE

Escreva no caderno: EF89LP17 • item 3.



- Examine a situação da página 3. A proposta de exclusão é compatível com o acervo?
- Fundamente com D e com pelo menos um dos documentos A–C.
- Compare duas alternativas que preservem participação e organização.
- Indique quem deve ser ouvido e quais informações faltam para escolher os apoios.
- Não suponha uma deficiência nem invente a opinião do estudante.

CRITÉRIOS:

dignidade de todos

escuta

acesso à participação

responsabilidade com o tempo coletivo

4 PARECER E REVISÃO CRÍTICA

Escreva no caderno: EF89LP17 • item 4.



- Redija um parecer de 8 a 12 linhas: apresente o problema, relacione o contexto de D a um contexto histórico de A, B ou C sem dizer que são situações iguais, use duas referências do acervo e proponha um encaminhamento respeitoso.
- Explique por que a decisão da maioria não basta para legitimar a retirada de um direito.
- Depois, revise esta afirmação e justifique sua correção:

“Só conserva seus direitos quem nunca descumpre um dever.”

✓ CHECK FINAL — confira seu próprio texto

Relacionei contexto e finalidade?

Diferenciei documentos reais e norma fictícia?

Indiquei referências?

Preservei a dignidade de quem pensa ou participa de modo diferente?

Reconheci lacunas?

Pode concluir tudo individualmente. Uma conversa posterior na escola pode ampliar a análise, sem ser necessária para finalizar esta atividade.